



F
W
df
h
R

Aquamaior – Águas do Campo Maior, S.A.

Relatório e Contas 2018





ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	39



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'S' and 'W'.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018.



Handwritten signatures in blue ink.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO





in
W
H
J

ATIVIDADE DA EMPRESA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, por contrato celebrado a 29 de outubro de 2007, com o Município de Campo Maior, e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.



Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 4 milhões de Euros, a preços correntes.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a Aquamaior irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de mais de 6,5 milhões de Euros.

Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

As rubricas do Plano de Investimentos executadas no final do ano de 2018 são:

- Instalação de um Sistema de Telegestão;
- Acondicionamento dos depósitos de água potável;
- Acondicionamento das instalações de água potável;
- Acondicionamento e melhoria das bombagens de água potável;
- Acondicionamento das instalações dos poços;
- Renovação de 100% do parque de contadores;
- Cartografia digitalizada das redes de abastecimento e saneamento e implementação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG);
- Setorização da rede de abastecimento para deteção e controlo de fugas;
- Projeto de nova conduta adutora desde a zona industrial de Campo Maior até Ouguela;
- Plano diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior;
- Renovação da rede de abastecimento de Degolados;





Handwritten signatures and initials in blue ink.

- Nova conduta adutora desde o reservatório do Zebro até aos depósitos Gémeos;
- Rede de abastecimento de água na zona de São Pedro;
- Adução ao Bairro da Misericórdia;
- Abastecimento de água da Meia Légua.

Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquamaior até ao final de dezembro de 2018 e 2017 é o seguinte:

Plano de Investimentos	Instalação de um Sistema de Telegestão	178.500,00
	Acondicionamento dos Depósitos de Água Potável	8.925,00
	Acondicionamento das Instalações Água Potável	59.500,00
	Acondicionamento e Melhoria das Bombagens de Água potável	4.760,00
	Acondicionamento das Instalações dos Poços	14.875,00
	Renovação de 100% do Parque de Contadores	220.036,00
	Cartografia Digitalizada das Redes de Abastecimento e Saneamento e Implementação de um Sistema SIG	71.400,00
	Sectorização da Rede de Abastecimento para o Controlo e Deteção de Fugas	35.700,00
	Projeto de nova conduta desde a Zona Industrial de Campo Maior até Ouguela	35.700,00
	Fornecimento e instalação da conduta Zona Industrial Campo Maior-Ouguela	65.013,99
	Plano Diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior	17.850,00
	Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados	1.244.409,40
	Subtotal	1.956.669,39
Outras Atuações Projetadas no Plano de Investimentos	Nova conduta desde o reservatório do Zebro até à zona dos depósitos Gémeos	1.147.425,00
	Construção de reservatório no Zebro de 1.500 m³	20.457,28
	Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, CM 1113, Campo Maior	94.828,26
	Adução ao Bairro da Misericórdia	51.632,66
	Abastecimento de Água da Meia Légua	90.807,91
	Subtotal	1.405.151,11
	Total	3.361.820,50



h
W
K
f

Melhorias Fora do Plano de Investimentos

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimentos e realizadas durante o ano de 2018 é o seguinte:

Desratização e desbaratização

Durante o ano de 2018 foram realizadas quatro operações completas de desbaratização e desratização da rede de saneamento (as últimas duas foram efetuadas por empresa especializada no controlo de pragas), complementadas com várias ações pontuais que resultaram de reclamações dos utentes do serviço.

Intervenções na rede de abastecimento

Em 2018 para além dos trabalhos de manutenção da rede de abastecimento foram executadas várias reparações e melhoramentos na rede, entre os quais se podem destacar os seguintes:

- Reparação de várias hastes e cabeças móveis de válvulas de seccionamento;
- Colocação de novas válvulas de seccionamento em Campo Maior;
- Substituição de várias bocas-de-incêndio em fachadas;
- Instalações de válvulas de retenção em consumidores com habitações com furos;
- Substituição dos contadores de grandes consumidores;
- Reforço de ramais em várias habitações com falta de pressão;
- Mudança do local de instalação de contadores para as fachadas dos edifícios.

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída



A qualidade da água distribuída pela Aquamaior, aos utilizadores do concelho de Campo Maior é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2018. Este programa foi aprovado em 4 de dezembro de 2017 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, estabelecido de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.

No ano de 2017, o cumprimento dos valores legislados foi de 99,17%, num total de 240 parâmetros analisados.





Em 2018, o volume de água comprada diminuiu cerca de 2,93% em relação a 2017. Esta diminuição está relacionada com a descida dos volumes faturados principalmente na primavera e início do verão, sendo este período de pluviosidade significativa. Consequentemente, registou-se uma redução no consumo de água, resultando assim, numa leve descida do rendimento técnico da rede de abastecimento.

O volume de água faturado diminuiu 10,10% em relação a 2017, registrando também, uma descida em todas as tipologias de clientes. Esta diminuição está relacionada, principalmente, com a pluviosidade registrada na primavera e início de verão do ano 2018, em comparação com um ano de 2017 bastante seco, levando à diminuição da rega de espaços verdes por parte do Município.

Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

Instalação de contadores

Intervenções na rede de água potável



Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número total de intervenções realizadas na rede de saneamento em 2018 foi de 34. Durante o ano foram construídos 5 ramais de saneamento. Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, foram efetuadas diversas operações de manutenção e a limpeza de 3.400 metros lineares da rede de saneamento.



W
H
J

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.



A avaliação e prevenção de riscos, associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições existentes.

A Aquamaior obteve em novembro de 2015 a certificação de conformidade do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a Norma OHSAS 18001.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE E AMBIENTE

A Aquamaior tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquamaior assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Campo Maior, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquamaior apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquamaior tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquamaior é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Aquamaior procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.





W
G
f
H

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no período findo em 2018 de 7 pessoas, idêntico ao de 2017.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquamaior espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Aquamaior no ano de 2018, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 1.269 milhares de Euros, em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o período atual com o anterior, regista-se uma estabilidade na rubrica de Vendas e Serviços Prestados (1.298.799,45 Euros em 2017 para 1.268.734,46 Euros em 2018). A rubrica de rendimentos originados pela aplicação da IAS 11 não contribuiu para o volume de negócios do período e do ano anterior por ter sido nula.

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquamaior foi em 2018 de 1.200.437,05 Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 1.181.960,64 Euros, representa um aumento de 1,56%. Este valor excluiu o impacto do imposto do período.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados do inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 312.618,94 Euros, representando cerca de 26,04% do total dos gastos do período.

Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 292.153,56 Euros, representando então cerca de 24,72% do total dos gastos do período. Em valor absoluto, a variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de 7,01%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou 505.369,38 Euros, representando cerca de 42,10% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 500.149,87 Euros, representando então cerca de 42,32% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 1,04%.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 108.768,61 Euros, representando cerca de 9,06% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 105.857,38 Euros, representando então cerca de 8,96% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica gastos com o pessoal foi de 2,75%.

A rubrica de outros gastos registou cerca de 57.933,50 Euros (4,83% do total dos gastos do período), tendo registado no período anterior cerca de 52.245,95 Euros (4,42% do total dos gastos do período).





h
w
f

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações apresentou cerca de 136.490,77 Euros, para o período em análise, face a 144.428,65 Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 11,37% e 12,22%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquamaior registou no ano de 2018 79.255,85 Euros (equivalente a 6,60% do total dos gastos do período), tendo no ano anterior registado o montante de 82.373,20 Euros (equivalente a 6,97% do total dos gastos do período).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquamaior foi em 2018 de 1.273.653,20 Euros, o qual comparado com o período anterior, que foi de 1.300.984,66 Euros, representa um decréscimo de 2,10%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2018 o montante de 1.268.734,46 Euros, que comparado com o período anterior revela uma diminuição de 2,31% face ao valor de 1.298.799,45 Euros.

Em 2018 o valor das imparidade de dívidas a receber registado pela Aquamaior foi de 2.703,58 Euros.

A rubrica de outros rendimentos registou 2.215,16 Euros. A mesma rubrica registava em 2017 o valor de 2.185,21 Euros.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período ascende a 57.043,31 Euros. Em 2017 o mesmo apresentou-se positivo em 85.101,63 Euros.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 288.962,77 Euros relativamente ao período em análise, apresentando uma diminuição de 16,44% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, uma diminuição de 24,29%, situando-se no final de 2018 em 152.472,00 Euros.

	Ano 2018	Ano 2017
Rentabilidade do ativo total	1,67%	2,42%
Rentabilidade dos capitais próprios	16,58%	29,66%
Rentabilidade das vendas	4,50%	6,55%
EBITDA	288.962,77 €	345.825,87 €
EBIT	152.472,00 €	201.397,22 €

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, revela uma variação significativa nas principais rubricas, ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 3.514.204,10 Euros em 2017 para 3.414.260,69 Euros em 2018.





h
D
A

Em termos desagregados, os capitais próprios aumentaram de 286.971,39 Euros em 2017 para 344.014,70 Euros em 2018, tendo o passivo diminuído de 3.227.232,71 Euros em 2017 para 3.070.245,99 Euros em 2018.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2018, em termos percentuais, um ligeiro acréscimo dos mesmos face ao ano de 2017:

	Ano 2018	Ano 2017
Capitais próprios	344.014,70 €	286.971,39 €
Passivo total	3.070.245,99 €	3.227.232,71 €
Passivo corrente	450.244,29 €	407.231,01 €
Ativo total	3.414.260,69 €	3.514.204,10 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	10,08%	8,17%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	11,20%	8,89%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	89,92%	91,83%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	14,66%	12,62%

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do período.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquamaior encontra-se em mandato para o triénio 2019-2021.

A Administração da Aquamaior está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, a Aquamaior encara o futuro com otimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 57.043,31 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: 57.043,31 Euros





AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquamaior aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Campo Maior, ao 29 de março de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



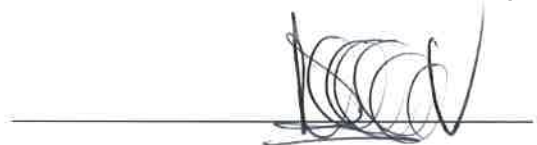
Luis Francisco de Lope Alonso

Presidente



Guillermo Moya García-Renedo

Vogal



Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal



Isidoro Antonio Marbán Fernández

Vogal



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'h', 'a', and 'p'.



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

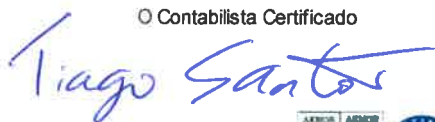
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em euros

	NOTAS	2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2 ; 6	2.420,74	3.541,65
Ativos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	2.572.027,36	2.707.397,22
Ativos por impostos diferidos	3.5 ; 7	134.078,31	144.054,66
subtotal		2.708.526,41	2.854.993,53
Ativo corrente			
Inventários	3.6 ; 16	21.463,52	33.979,19
Clientes	3.8 ; 9	174.543,67	249.872,73
Estado e outros entes públicos	3.5 ; 8	7.418,53	8.367,67
Outros créditos a receber	3.8 ; 9	59.300,22	47.224,52
Diferimentos	10	3.341,90	1.574,83
Caixa e depósitos bancários	3.8 ; 4	439.666,44	318.191,63
subtotal		705.734,28	659.210,57
Total do ativo		3.414.260,69	3.514.204,10
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	3.7 ; 14	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	3.7 ; 14	825.000,00	825.000,00
Reserva legal	3.7 ; 14	10.000,00	10.000,00
Resultados transitados	3.7 ; 14	(598.028,61)	(683.130,24)
Resultado líquido do período	3.7 ; 14	57.043,31	85.101,63
Total do capital próprio		344.014,70	286.971,39
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.11 ; 6	670.001,70	670.001,70
Financiamentos obtidos	3.8 ; 12	1.450.000,00	1.650.000,00
Outras dívidas a pagar	3.8 ; 11	500.000,00	500.000,00
subtotal		2.620.001,70	2.820.001,70
Passivo corrente			
Fornecedores	13	117.691,02	131.365,24
Adiantamentos de clientes	3.8 ; 9	4.657,16	1.687,46
Estado e outros entes públicos	3.5 ; 8	2.237,07	1.620,97
Financiamentos obtidos	3.8 ; 12	200.000,00	162.500,00
Outras dívidas a pagar	3.8 ; 13	125.659,04	110.057,34
subtotal		450.244,29	407.231,01
Total do passivo		3.070.245,99	3.227.232,71
Total do capital próprio e do passivo		3.414.260,69	3.514.204,10

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2018

O Contabilista Certificado





O Conselho de Administração



aquamaior p.14



AQUAMAIA - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2018	2017
Vendas e serviços prestados	3, 9, 15	1.268.734,46	1.298.799,45
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(312.618,94)	(292.153,56)
Fornecimentos e serviços externos	17	(505.369,38)	(500.149,87)
Gastos com o pessoal	18	(108.768,61)	(105.857,38)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	2.703,58	(4.752,03)
Outros rendimentos	19	2.215,16	2.185,21
Outros gastos	20	(57.933,50)	(52.245,95)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		286.962,77	346.825,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(136.490,77)	(144.428,65)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		152.472,00	201.397,22
Juros e gastos similares suportados	22	(79.255,85)	(82.373,20)
Resultado antes de impostos		73.216,15	119.024,02
Imposto sobre o rendimento do período	23	(16.172,84)	(33.922,39)
Resultado líquido do período		57.043,31	85.101,63

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em euros

RUBRICAS	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.323.428,33	1.244.490,97
Pagamentos a fornecedores		(870.113,60)	(766.034,83)
Pagamentos ao pessoal		(107.999,12)	(106.427,38)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.474,06)	(12.270,23)
Outros recebimentos/(pagamentos)		42.814,48	(76.514,56)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		385.656,03	283.243,97
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.188,00)	(2.199,99)
Ativos intangíveis		(12.465,20)	(86.020,99)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(13.653,20)	(88.220,98)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	12	(162.500,00)	(50.000,00)
Juros e gastos similares		(88.028,02)	(86.121,29)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(250.528,02)	(138.121,29)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		121.474,81	58.901,70
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	318.191,63	259.289,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	439.666,44	318.191,63

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração





AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50.000,00	825.000,00	5.554,55	(813.085,58)	134.400,79	201.869,76
Aplicação do resultado	14	-	-	4.445,45	129.955,34	(134.400,79)	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50.000,00	825.000,00	10.000,00	(683.130,24)		201.869,76
Resultado líquido do período						85.101,63	85.101,63
Posição no fim do período		50.000,00	825.000,00	10.000,00	(683.130,24)	85.101,63	286.971,39

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50.000,00	825.000,00	10.000,00	(683.130,24)	85.101,63	286.971,39
Aplicação do resultado	14	-	-	-	85.101,63	(85.101,63)	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50.000,00	825.000,00	10.000,00	(598.028,61)	-	286.971,39
Resultado líquido do período						57.043,31	57.043,31
Posição no fim do período		50.000,00	825.000,00	10.000,00	(598.028,61)	57.043,31	344.014,70

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado

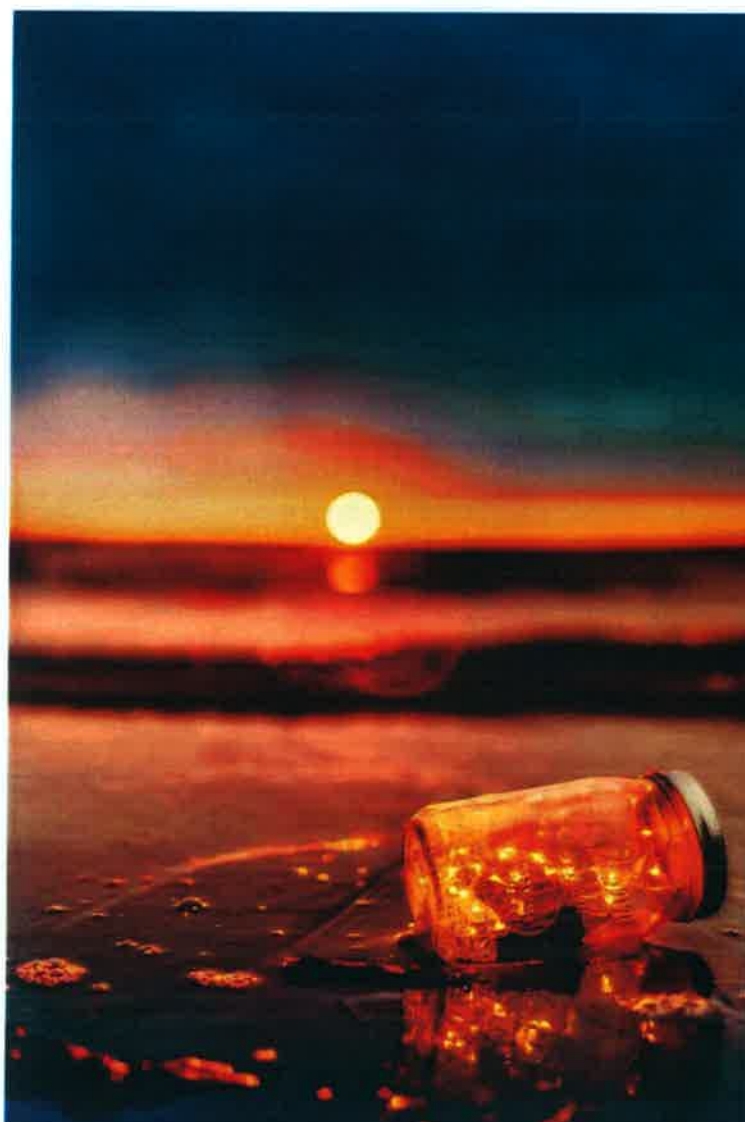


O Conselho de Administração





IS
4
W
P



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





Handwritten signatures and initials in blue ink.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., (adiante designada por “Aquamaior” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede na Rua de São João, 2A em Campo Maior, constituída em 4 de outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de março de 2008, tem como objeto a Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, e a sua atividade inclui a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquamaior foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto no contrato de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo prazo de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.





Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações de estimativas contabilísticas e erros e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 4.032 milhares de Euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contractual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquamaior reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos





Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'LH', 'GW', and 'H'.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefício económicos associados ao mesmo, que são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.





Handwritten notes in blue ink, including the letters 'W', 'G', and 'F' with arrows pointing to various parts of the page.

3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários aos inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.

3.7. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é





Handwritten signatures and initials in blue ink.

distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas, se após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

3.8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.





Handwritten signatures and initials in blue ink.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9. RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.





TS
L
A
F

3.10 ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.





Handwritten signatures and initials in blue ink.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais clientes são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era:

	Ano 2018	Ano 2017
Caixa	4.990,00 €	4.990,00 €
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	259.428,40 €	219.489,20 €
Caixa Geral de Depósitos	175.248,04 €	93.712,43 €
Total	439.666,44	318.191,63
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	439.666,44 €	318.191,63 €

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que deveriam ter sido corrigidos.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2017	Aumentos e Reclassificações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2018
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	87.998,80 €	0,00 €	(105,00) €	87.893,80 €
Equipamento de transporte	3.775,85 €	0,00 €	0,00 €	3.775,85 €
Equipamento administrativo	21.766,92 €	0,00 €	(1.925,26) €	19.841,66 €
Total	113.541,57 €	0,00 €	(2.030,26) €	111.511,31 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2017	Aumentos e Reclassificações (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2018
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	86.437,57 €	523,40 €	(105,00) €	86.855,97 €
Equipamento de transporte	1.850,86 €	550,00 €	0,00 €	2.400,86 €
Equipamento administrativo	21.711,49 €	47,51 €	(1.925,26) €	19.833,74 €
Total	109.999,92 €	1.120,91 €	(2.030,26) €	108.090,57 €
Saldo líquido	3.541,65 €	(1.120,91) €	(0,00) €	2.420,74 €
ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e Reclassificações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2017
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	86.810,80 €	1.188,00 €	0,00 €	87.998,80 €
Equipamento de transporte	1.575,86 €	2.199,99 €	0,00 €	3.775,85 €
Equipamento administrativo	21.766,92 €	0,00 €	0,00 €	21.766,92 €
Total	110.153,58 €	3.387,99 €	0,00 €	113.541,57 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e Reclassificações (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2017
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	94.084,15 €	(7.646,58) €	0,00 €	86.437,57 €
Equipamento de transporte	1.575,86 €	275,00 €	0,00 €	1.850,86 €
Equipamento administrativo	5.281,12 €	16.430,37 €	0,00 €	21.711,49 €
Total	100.941,13 €	9.058,79 €	0,00 €	109.999,92 €
Saldo líquido	9.212,45 €	(5.670,80) €	0,00 €	3.541,65 €



Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL		Saldo em 31.12.2017	Aumentos e Reclassificações	Saldo em 31.12.2018
Ativos intangíveis em Firme		4.031.822,20 €	0,00 €	4.031.822,20 €
	Total	4.031.822,20 €	0,00 €	4.031.822,20 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		Saldo em 31.12.2017	Aumentos e Reclassificações (Nota 21)	Saldo em 31.12.2018
Ativos intangíveis em Firme		1.324.424,98 €	135.369,86 €	1.459.794,84 €
	Total	1.324.424,98 €	135.369,86 €	1.459.794,84 €
	Saldo líquido	2.707.397,22 €	(135.369,86) €	2.572.027,36 €

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL		Saldo em 31.12.2016	Aumentos e Reclassificações	Saldo em 31.12.2017
Ativos intangíveis em Firme		4.031.822,20 €	0,00 €	4.031.822,20 €
	Total	4.031.822,20 €	0,00 €	4.031.822,20 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		Saldo em 31.12.2016	Aumentos e Reclassificações (Nota 21)	Saldo em 31.12.2017
Ativos intangíveis em Firme		1.189.055,12 €	135.369,86 €	1.324.424,98 €
	Total	1.189.055,12 €	135.369,86 €	1.324.424,98 €
	Saldo líquido	2.842.767,08 €	(135.369,86) €	2.707.397,22 €

Provisões

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, se encontra em falta efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, 4.031.822,20 Euros, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2018	Ano 2017
Saldo inicial	670.001,70 €	670.001,70 €
Aumentos	0,00 €	0,00 €
Diminuições	0,00 €	0,00 €
Saldo final	670.001,70 €	670.001,70 €

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Plano de Investimento já executado ascende a 3.361.820,50 Euros.



TS
L
B
F

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2018	Ano 2017
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	144.054,66 €	168.406,54 €
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	(9.976,35) €	(24.351,88) €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	(9.976,35) €	(24.351,88) €
Saldo final	134.078,31 €	144.054,66 €

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis (128.287,57 Euros) e prejuízos fiscais reportáveis (5.790,74 Euros). A empresa registou o correspondente imposto diferido ativo sobre os prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores, pois é convicção da Administração que existirão resultados líquidos positivos no futuro.

Detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores:

	Prejuízos Fiscais	Utilizado 2013	Utilizado 2016	Utilizado 2017	Utilizado 2018	Por Utilizar	Ano Limite
Ano 2012	(299.872,41)	139.900,50	85.371,50	74.600,40		(0,00)	Ano 2017
Ano 2014	(53.920,87)			13.681,06	40.239,81	0,00	Ano 2026
Ano 2015	(45.291,16)				17.716,22	(27.574,94)	Ano 2027
	(399.084,44)	139.900,50	85.371,50	88.281,46	57.956,03	(27.574,94)	

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2018	Ano 2017
Ativo		
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		
Pagamento especial por conta	323,56 €	7.668,89 €
Pagamento por conta	6.979,04 €	6.730,16 €
Estimativa de imposto do período (Nota 23)	(6.196,49) €	(9.570,51) €
Imposto sobre o o valor acrescentado (IVA)		
IVA a recuperar	6.312,42 €	3.539,13 €
Total	7.418,53 €	8.367,67 €
	Ano 2018	Ano 2017
Passivo		
Retenção de impostos sobre o rendimento	324,00 €	276,00 €
Contribuições para a segurança social	1.913,07 €	1.344,97 €
Total	2.237,07 €	1.620,97 €

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2018	Ano 2017
Cientes		
Cientes C/C	178.992,28 €	257.024,92 €
Perdas por Imparidade Acumuladas	(4.448,61) €	(7.152,19) €
Total	174.543,67 €	249.872,73 €

Perdas por imparidade:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de créditos a receber foi como segue:

	Ano 2018	Ano 2017
Saldo inicial	(7.152,19) €	(2.400,16) €
Reforço	(6.870,05) €	(12.595,56) €
Reversão	9.573,63 €	7.843,53 €
Saldo final	(4.448,61) €	(7.152,19) €
Variação Ano	2.703,58	(4.752,03)

Outros créditos a receber:

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2018	Ano 2017
Outros créditos a receber		
Pessoal	0,00 €	570,00 €
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação (1)	59.300,22 €	46.654,52 €
Total	59.300,22 €	47.224,52 €

(*) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização na parte de receitas, que respeitam ao desfazamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados.

Adiantamentos de clientes:

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Adiantamentos de clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2018	Ano 2017
Adiantamentos de clientes	4.657,16 €	1.687,46 €
Total	4.657,16 €	1.687,46 €



10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2018	Ano 2017
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	3.341,90 €	1.574,83 €
Total	3.341,90 €	1.574,83 €

11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC, através da participação de 100% da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respetivo grupo.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2016			Ano 2017		
	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	21.681,80 €	0,00 €	0,00 €	5.730,32 €	0,00 €	12.465,20 €
FCC S.A.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	9.688,91 €	500.000,00 €	2.235,83 €	0,00 €	500.000,00 €	10.412,17 €
Hidrotec Tecnología del Agua, S.L.	2.104,43 €	0,00 €	0,00 €	1.941,58 €	0,00 €	0,00 €
Total	33.475,14 €	500.000,00 €	2.235,83 €	7.671,90 €	500.000,00 €	22.877,37 €

O valor apresentado na rubrica de “Outras dívidas a pagar – não corrente” no montante de 500.000 Euros, diz respeito a um empréstimo não corrente da casa-mãe, com vencimento anual a 31 de janeiro de cada ano e renovações sucessivas. A renovação ocorre caso não haja comunicação prévia do acionista, com pelo menos, 45 dias de antecedência. Este financiamento está neste momento negociado à taxa de juro de 3,00% acrescida de Euribor a 3 meses. Até 31 de dezembro de 2018 e 2017, o acionista não manifestou a intenção de não renovação deste contrato, razão pela qual se encontra registado como passivo não corrente.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2018			Ano 2017		
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Outros gastos (Nota 20)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Outros gastos (Nota 20)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	94.793,20 €	0,00 €	0,00 €	76.445,12 €	0,00 €	0,00 €
FCC S.A.	0,00 €	70,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	0,00 €	9.688,91 €	13.388,66 €	0,00 €	9.298,00 €	13.359,18 €
Hidrotec Tecnologia del Agua, S.L.	12.260,78 €	0,00 €	0,00 €	11.858,94 €	0,00 €	0,00 €
Total	107.053,98 €	9.759,43 €	13.388,66 €	88.104,06 €	9.298,00 €	13.359,18 €



Handwritten signatures and initials in blue ink.

12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Financiamentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2018	Ano 2017
Passivo não corrente		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.450.000,00 €	1.650.000,00 €
Total	1.450.000,00 €	1.650.000,00 €
	Ano 2018	Ano 2017
Passivo corrente		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	200.000,00 €	162.500,00 €
Total	200.000,00 €	162.500,00 €

Nota: Em 31 de Dezembro de 2018, o empréstimo bancário refere-se a um financiamento contratado em Agosto de 2014 por um período de 81 meses, o qual vence juros indexados à Euribor a 6 meses acrescida de 4%. O financiamento será reembolsado em 27 prestações trimestrais e sucessivas conforme o seguinte plano:

- As prestações correspondentes ao 3º e 6º mês após a outorga no valor de 25.000 Euros;
- As prestações entre o 9º e o 42º mês após a outorga no valor de 12.500 Euros;
- As prestações entre o 45º e o 78º mês após a outorga no valor de 50.000 Euros;
- A prestação a ocorrer no 8º mês corresponderá ao remanescente do capital em dívida.

13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2018	Ano 2017
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	33.475,14 €	7.671,90 €
Fornecedores c/c	84.215,88 €	123.693,34 €
Total	117.691,02 €	131.365,24 €
	Ano 2018	Ano 2017
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	13.432,58 €	13.233,09 €
Fornecedores de investimentos (nota 11)	0,00 €	12.465,20 €
Credores por acréscimos de gastos		
Partes relacionadas (nota 11) - FCC Aqualia	0,00 €	9.298,00 €
Outros - juros Santander Totta	6.050,00 €	6.645,83 €
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos	103.940,63 €	67.301,05 €
Partes relacionadas (nota 11) - FCC Aqualia Juros	2.235,83 €	1.114,17 €
Total	125.859,04 €	110.057,34 €



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'TS', 'WA', and 'H'.

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada.

Reserva Legal

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Reserva Legal encontra-se totalmente realizada.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 16 de abril de 2018, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de 85.101,63 Euros, foi integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 19 de maio de 2017, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 134.400,79 Euros, foi alocado da seguinte forma: 4.445,45 Euros para Reserva Legal e 129.955,34 Euros para rubrica de resultados transitados.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2018	Ano 2017
Vendas	1.236.536,76 €	1.271.550,21 €
Serviços prestados	32.197,70 €	27.249,24 €
Total	1.268.734,46 €	1.298.799,45 €

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2018	Ano 2017
Matérias-primas		
Inventários iniciais	33.979,19 €	31.276,20 €
Compras	300.103,27 €	294.856,55 €
Inventários finais	21.463,52 €	33.979,19 €
Total	312.618,94 €	292.153,56 €





B
W
A

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2018	Ano 2017
Serviços especializados	425.839,80 €	426.530,93 €
Materiais	4.167,82 €	4.929,70 €
Energia e fluidos	13.547,04 €	15.593,34 €
Deslocações, estadas e transportes	808,94 €	1.646,02 €
Serviços diversos	61.005,78 €	51.449,88 €
Total	505.369,38 €	500.149,87 €

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 107.053,98 Euros e 88.104,06 Euros, respetivamente (Nota 11).

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2018	Ano 2017
Remunerações	82.598,63 €	82.616,13 €
Encargos sociais	18.028,03 €	13.678,86 €
Seguros de acidentes de trabalho	1.667,00 €	1.262,15 €
Outros gastos com o pessoal	6.474,95 €	8.300,24 €
Total	108.768,61 €	105.857,38 €

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, repartido por empregados e assalariados foi, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, de 7 colaboradores.

19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2018	Ano 2017
Alienação de ativos	75,00 €	0,00 €
Outros rendimentos	2.140,16 €	2.185,21 €
Total	2.215,16 €	2.185,21 €



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled 'W' and several initials.

20. OUTROS GASTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2018	Ano 2017
Serviços bancários	28.597,09 €	29.093,23 €
Dívidas incobráveis (Nota 23)	9.398,86 €	5.182,94 €
Outros gastos	231,05 €	39,72 €
Impostos e taxas	19.702,75 €	17.930,06 €
Quotizações	3,75 €	0,00 €
Total	57.933,50 €	52.245,95 €

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 9.759,43 Euros e 9.298,00 Euros, respetivamente (Nota 11).

21. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2018	Ano 2017
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	1.120,91 €	9.058,79 €
Ativos intangíveis (Nota 6)	135.369,86 €	135.369,86 €
Total	136.490,77 €	144.428,65 €

22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresenta no período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte composição:

	Ano 2018	Ano 2017
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	79.255,85 €	82.373,20 €
Total	79.255,85 €	82.373,20 €

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 13.386,66 Euros e 13.359,18 Euros respetivamente (Nota 11).



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'F' and 'W'.

23. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Campo Maior, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

Para o período de 2018, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2015 a 2018 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais (PF) apurados em 2018 são reportáveis durante um período de cinco anos (doze anos para os PF apurados entre 2014 e 2016 e cinco anos para os apurados em 2012 e 2013 e em 2017).

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.



FE
W
J

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são detalhados conforme segue:

	Ano 2018	Ano 2017
Resultado antes de impostos	73.216,15 €	119.024,02 €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	135.369,86 €	135.369,86 €
Mais Valia	75,00 €	0,00 €
Menos Valia	(75,00) €	0,00 €
Créditos incobráveis (Nota 20)	9.398,86 €	5.182,94 €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(125.616,91) €	(125.616,91) €
Reversão imparidade (Nota 9)	(9.573,63) €	(7.843,53) €
Lucro tributável	82.794,33 €	126.116,38 €
Prejuízos reportados de anos anteriores (Nota 7)	(57.956,03) €	(88.281,46) €
Matéria coletável	24.838,30 €	37.834,91 €
Coleta	4.616,04 €	7.345,33 €
Pagamento especial por conta (Nota 8)	323,56 €	7.345,33 €
Pagamento por conta (Nota 8)	6.979,04 €	6.730,16 €
IRC a pagar/(recuperar)	(2.686,56) €	(6.730,16) €
Derrama	1.241,91 €	1.891,75 €
Tributações autónomas	338,53 €	333,43 €
Total a pagar/(recuperar)	(1.106,11) €	(4.504,98) €
Imposto corrente do período (Nota 8)	6.196,49 €	9.570,51 €
Imposto diferido ativo (Nota 7)	9.976,35 €	24.351,88 €
Imposto do período	16.172,84 €	33.922,39 €

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existiam na Aquamaior ativos ou passivos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

25. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez:

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa tinha em Caixa e Equivalentes o montante de 439.666,44 Euros tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 385.656,03 Euros. A empresa apresenta uma dívida financeira a instituições financeiras de curto prazo no montante 200.000 Euros e de médio e longo prazo no montante de 1.450.000,00 Euros.





Os Administradores da Aquamaior elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

26. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* com a empresa Leaseplan no ano 2014, pelo período de 36 meses. Os mesmos contratos foram renovados no final de 2017 por mais 24 meses.

Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos mais 7.138,55 Euros, que se discriminam da seguinte forma:

Ano	Valor
2019	7.138,55 €
TOTAL	7.138,55 €

O CONTABILISTA CERTIFICADO

235776157
89865


O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO










h
W
/



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.414.261 Euros e um total de capital próprio de 344.015 Euros, incluindo um resultado líquido de 57.043 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

NB

“Deloitte” refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2019 Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

NB

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 9 de maio de 2019



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A. ("Entidade"), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2018, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2018 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 9 de maio de 2019

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC